

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O TRIMESTRE ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial (“Varejo” ou “Controlada”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros, games, filmes, música, artigos de papelaria, conteúdo digital e e-reader. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede de 44 lojas. O Varejo opera ainda com produtos de tecnologia por meio do seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

A Companhia e sua controlada estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. A Administração envidou todos os esforços para assegurar efetividade aos ajustes necessários à continuidade operacional da Companhia previstos no Plano de Recuperação Judicial (Plano Original) aprovado, por meio medidas como: a readequação do mix de produtos; a redução de despesas operacionais; a reestruturação da rede de lojas; a migração para uma nova plataforma de e-commerce; e medidas para normalização do abastecimento de produtos. No entanto, mesmo cumprindo os prazos de pagamentos aos credores, as medidas adotadas não foram suficientes e a Companhia e sua controlada apuraram resultados abaixo das expectativas de crescimento. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, inviabilizando o cumprimento das obrigações previstas no Plano Original, a Administração da Companhia e sua controlada deu início a um novo Plano de Ação para enfrentamento da crise, aprovado em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 19 de fevereiro e 07 de maio de 2020 e em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Plano Aditivo) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial (Nota explicativa 31).

Em Assembleia Geral de Credores realizada em 9 de setembro de 2020 decidiu-se, por maioria dos credores presentes, pela suspensão até 15 de outubro de 2020 para melhor modelagem do plano, tornando-o mais atrativo aos credores.

Em 8 de outubro de 2020 foi submetida nova versão para o Plano Aditivo, reformulada em relação ao formato das UPI's e a destinação dos recursos obtidos com a alienação das mesmas.

Em Assembleia Geral de Credores realizada em 15 de outubro de 2020, decidiu-se por maioria dos credores presentes, pela suspensão até 24 de novembro de 2020, com o compromisso da Companhia de apresentar a minuta do Plano Aditivo até 16 de novembro de 2020.

Em paralelo, a Companhia continua com a implementação do Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração, alinhado às pretensões do Plano Aditivo, que tem por objetivo uma mudança estrutural de processos em todos os níveis de atividades da Companhia e sua controlada, por meio da inserção de uma cultura de reestruturação e está baseado em projetos em curso de implementação:

- Nova gestão de abastecimento

Modelo descentralizado de abastecimento, por meio do envolvimento dos fornecedores e com redução de custos de logística;

- Full e-commerce

Foco nas ações de marketing e análise de rentabilidade com equipe especializada em e-commerce, privilegiando operações de vendas com volumes menores e maiores margens;

- Otimização do Back-office

Nova solução de sistemas, processos e equipes com maior eficiência para redução de custos fixos e despesas administrativas;

- Reestruturação do parque de lojas

Encerramento das operações de lojas com baixa rentabilidade e onde não foram exitosas as negociações com administradoras de shoppings, com aproveitamento dos estoques dessas unidades e a consequente redução de custo com aquisição de mercadorias para os próximos períodos. No período de nove meses, encerrado em 30 de setembro de 2020, o Varejo encerrou as atividades de 29 unidades que apresentaram baixa perspectiva de geração de valor;

Os projetos contribuirão para tornar a Companhia mais enxuta e eficiente sem comprometer a operação.

A Administração da Companhia e sua controlada acompanha atentamente a todos os desdobramentos relacionados à Covid-19, observando as orientações das autoridades Governamentais. Entre as medidas adotadas, foi estabelecido um canal de comunicação por meio de um Comitê interno, que avalia e trata tempestivamente, os impactos na operação e determina as medidas necessárias ao enfrentamento da pandemia.

O plano de contingência para enfrentar os impactos da Covid-19 está focado em quatro pilares principais: (i) tomar medidas preventivas, (ii) estimular e intensificar as vendas pelo e-commerce; que não foram paralisadas e honram todos seus compromissos com seus clientes; (iii) estruturar planos de ação e contingência; (iv) monitorar a evolução diária dos casos de infecção pelo Coronavírus e as recomendações dos órgãos governamentais e associações de varejo; (v) utilizar as medidas disponíveis para redução do impacto no Caixa da Companhia. A partir disso, podemos destacar:

- Lojas físicas: Devido à rápida evolução dos casos e de grande parte das lojas estarem localizadas em shoppings e/ou nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em 23 de março de 2020 todas as nossas unidades estavam fechadas. No início de agosto

contávamos com 48 unidades reabertas, mas grande parte com horário de atendimento reduzido. Atualmente, todas as lojas da rede estão em funcionamento, seguindo estritamente as normas de prevenção e segurança para redução de riscos de contaminação de clientes e colaboradores e de acordo com horários estabelecidos pelas autoridades estaduais e municipais.

- E-commerce: Continua operando normalmente e honrando o compromisso com nossos clientes. Além disso, foram realizadas ações promocionais para elevar o fluxo do canal.
- Colaboradores: Iniciamos com uma atuação preventiva para conscientização de todos os nossos colaboradores. Com o fechamento das lojas, todos os colaboradores foram liberados nas unidades. No escritório central restringimos o número de colaboradores ao mínimo indispensável à manutenção das atividades operacionais e adotamos o regime de trabalho remoto (*home office*), além da suspensão de viagens e reuniões presenciais e uma orientação extensiva aos funcionários por meio da disseminação de boas práticas contra o vírus e apoio à legislação trabalhista em vigor. Em nosso Centro de Distribuição, também restringimos o número de colaboradores e adotamos turnos reduzidos e intercalados. As operações do Centro de distribuição foram desativadas em setembro de 2020, com a migração das atividades do e-commerce para o modelo de *full-commerce*, em que um operador terceirizado realiza diretamente todas as atividades do site em nome da Companhia.
- Geração de Receitas: No período em que as lojas estiveram fechadas e/ou com horários reduzidos de funcionamento, realizamos ações promocionais e de marketing e direcionamos as vendas físicas para o canal online. Atualmente, mesmo com todas as lojas da rede em funcionamento, o fluxo de clientes continua reduzido.
- Caixa: Diante do cenário atual, com nossas fontes de receitas fortemente impactadas, visando a manutenção e perenidade da operação, a Companhia adotou as seguintes iniciativas para manutenção do caixa:
 - Revisão de contratos com fornecedores;
 - Renegociação de todos os custos de ocupação da Companhia;
 - Suspensão, renegociação e, conseqüentemente, parcelamento de pagamentos vencidos e à vencer. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía em aberto o saldo de R\$66,7 milhões sendo, em grande parte, composto por fornecedores produtivos e custos de ocupação;
 - Redução da Jornada de Trabalho dos colaboradores do escritório central e de gerentes regionais de lojas físicas, pelo período previsto na legislação;
 - Suspensão do Contrato de Trabalho dos colaboradores de lojas durante o fechamento em função da pandemia;
 - Suspensão, conforme permitido pelo Governo Federal, do pagamento de FGTS aos nossos colaboradores, pelo período previsto na legislação;
 - Parcelamento, por meio de negociação com alguns Sindicatos, das rescisões de colaboradores, mitigando efeitos negativos no Caixa.

- Revisão diária das projeções de vendas e despesas para os próximos meses, visando proteção de impactos inesperados de Caixa.

Mesmo diante da intensificação das operações por meio do e-commerce, o fechamento temporário das lojas físicas, adotado para preservar a integridade de colaboradores, clientes e fornecedores, impactou significativamente a operação do Varejo exigindo da Administração, atenção para lidar com os eventos econômicos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia e sua controlada e uma revisão das estimativas contábeis relacionadas, principalmente, com o valor recuperável dos ativos do Varejo (Nota explicativa nº 11).

A Administração está mobilizada para a realização dos ajustes necessários para assegurar o sucesso do Plano de Ação, mesmo diante das restrições impostas pela pandemia, procurando adaptar-se rapidamente às alterações de cenários e confia na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída e, assim, mantém seu otimismo acerca da sua capacidade de recuperação e manutenção da atividade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias compreendem as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às informações contábeis individuais não diferem das Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, que passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação de investimentos em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado nas demonstrações separadas.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas para a gestão da Administração da Companhia e sua controlada.

As bases de preparação e apresentação para as informações contábeis intermediárias da Controladora e do Varejo, relacionadas à mensuração, moeda funcional e fontes de julgamentos e estimativas são as mesmas divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (nota explicativa nº 2), publicadas em 31 de março de 2020.

Na reunião de Diretoria realizada em 11 de novembro de 2020 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 30 de setembro de 2020.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (nota explicativa nº 3), publicadas em 31 de março de 2020.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no período compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015.

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC

Normas e emendas que estão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020:

- EMENDAS CPC 26/IAS 1 E CPC 23/IAS 8 – DEFINIÇÃO DE MATERIALIDADE - As emendas vigentes a partir de 1 de janeiro de 2020 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. A Administração entende que ao observar orientação técnica OCPC 7, não há outros impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada trazidos pelas emendas.
- EMENDA IFRS 16 E DELIBERAÇÃO CVM Nº 859/2020 – Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda à norma IFRS 16, que estabelece procedimentos para o registro contábil da concessão de benefícios ao arrendatário, durante o período impactado pela pandemia do Covid-19, facultando a opção de não tratar o benefício como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Normas e emendas que estão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020, não aplicáveis às operações da Companhia e do Varejo:

- EMENDAS CPC 38, CPC 40 (R1) E CPC 48 – Reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|----------------------------------|---------------------|-----------------|--------------------|-----------------|
| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
| Caixa e bancos - conta movimento | <u>143</u> | <u>2.603</u> | <u>33.171</u> | <u>20.464</u> |

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | Consolidado | |
|--|--------------|---------------|
| | 30/09/20 | 31/12/19 |
| Títulos a receber | 3.803 | 7.734 |
| Recebíveis de cartão de crédito e débito | 3.808 | 15.846 |
| | <u>7.611</u> | <u>23.580</u> |
| Perda esperada | (333) | (311) |
| | <u>7.278</u> | <u>23.269</u> |

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 15 dias (27 dias em 31 de dezembro de 2019). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: Paypal, Rede e Adyen.

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Composição dos saldos por vencimento:

| | Consolidado | |
|-------------------|--------------|---------------|
| | 30/09/20 | 31/12/19 |
| A vencer | 6.801 | 22.388 |
| Vencidos: | | |
| Até 60 dias | 416 | 802 |
| De 61 a 90 dias | - | 34 |
| De 91 a 180 dias | 61 | 12 |
| Acima de 180 dias | 333 | 344 |
| | <u>7.611</u> | <u>23.580</u> |

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em sua maior parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões utilizam como base para sua estimativa as vendas realizadas e o histórico de perdas e são ajustadas pelo recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

Valor das perdas registradas no resultado do período:

| | Consolidado | | | |
|---|-------------|--------------|--------------|----------------|
| | 01/07/20 | 01/01/20 | 01/07/19 | 01/01/19 |
| | a 30/09/20 | a 30/09/20 | a 30/09/19 | a 30/09/19 |
| Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa | 43 | (23) | - | - |
| Perda efetiva com títulos a receber e cartão de crédito | (50) | (220) | (581) | (2.872) |
| Recuperação de créditos considerados irrecuperáveis | - | - | - | 4 |
| | <u>(7)</u> | <u>(243)</u> | <u>(581)</u> | <u>(2.868)</u> |

6. ESTOQUES

| | Consolidado | |
|----------------------------------|---------------|----------------|
| | 30/09/20 | 31/12/19 |
| Mercadorias para revenda | 57.932 | 135.691 |
| (-) Perda com obsolescência | (12.041) | (35.082) |
| Materiais de embalagem e consumo | 666 | 1.917 |
| | <u>46.557</u> | <u>102.526</u> |

Mercadorias recebidas em consignação

O Varejo possui volume expressivo de mercadorias recebidas em consignação da categoria Livros, equivalentes a R\$56.039 (R\$117.007 em 31 de dezembro de 2019). O estoque consignado é registrado em rubricas específicas de controle para apropriação do custo das mercadorias vendidas e dos montantes a pagar sob essa forma contratual, de tal modo que os estoques apresentados nas demonstrações contábeis reflitam apenas as mercadorias adquiridas por compra firme. O custo das vendas de mercadorias é apropriado ao resultado para cada unidade vendida, na data da venda, indistintamente se as mercadorias foram recebidas em consignação ou adquiridas em compra firme.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$61.845. No período entre 1 de outubro de 2020 e a data de conclusão das informações contábeis intermediárias, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$132 (Nota explicativa nº 32).

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo

com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques, adotada pela Companhia.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|--------------|----------------|----------------|
| | 30/09/20 | 31/12/19 | 30/09/20 | 31/12/19 |
| Contribuição para o Financiamento da | | | | |
| Seguridade Social - COFINS (ii) | 1.696 | 1.730 | 77.036 | 88.504 |
| Programa de Integração Social - PIS (ii) | 27 | 32 | 15.958 | 16.893 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (iii) | 2.200 | 2.700 | 8.101 | 15.054 |
| Contribuição Social sobre o Lucro | | | | |
| Líquido - CSLL (iii) | 1.944 | 1.932 | 4.881 | 10.804 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias | | | | |
| e Serviços - ICMS a recuperar (i) | - | - | 76.618 | 79.312 |
| Outros | 179 | 179 | 646 | 260 |
| | <u>6.046</u> | <u>6.573</u> | <u>183.240</u> | <u>210.827</u> |
| Ativo circulante | 179 | 179 | 40.018 | 44.175 |
| Ativo não circulante | <u>5.867</u> | <u>6.394</u> | <u>143.222</u> | <u>166.652</u> |
| | <u>6.046</u> | <u>6.573</u> | <u>183.240</u> | <u>210.827</u> |

- (i) ICMS e ICMS por substituição tributária (ICMS ST) das operações comerciais e de abastecimento do Varejo, no montante de R\$76.618, sendo R\$63.835 de ICMS e R\$12.783 de ICMS ST (R\$66.344 de ICMS e R\$12.968 de ICMS ST em 31 de dezembro de 2019), líquidos de provisão para perda do valor realizável no montante de R\$25.725 (R\$25.725 em 2019). Estão em curso, medidas administrativas endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de créditos acumulados de ICMS por meio do sistema e-CredAc – custeio, nos termos da legislação vigente no RICMS – SP, da ordem de R\$62.538, líquidos de perda ao valor de realização de R\$2.100, dos quais o Varejo estima realizar a totalidade via processo administrativo. O Varejo é beneficiário de regime especial no Estado de São Paulo, que transfere a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS ST ao Centro de Distribuição nas operações de abastecimento das Lojas e site estabelecidos no Estado de São Paulo. O montante de R\$12.783, relacionado ao ICMS ST refere-se ao crédito originado das operações de abastecimento para fora do Estado de São Paulo, a partir do Centro de Distribuição localizado em Cajamar. Com a redução no mix de produtos ofertados pelo Varejo relacionados a produtos tributados pelo ICMS iniciada a partir do último trimestre de 2018 houve uma redução substancial nos montantes acumulados de créditos tributários, assim como uma redução nos montantes recuperados por meio das operações tributadas.
- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$91.721 (R\$103.635 em 31 de dezembro de 2019), líquidos de perda ao valor de realização de R\$70.765 (R\$97.757 em 31 de dezembro de 2019), apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e

despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2019, não compensados até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

O Varejo discute em quatro ações judiciais a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que definiu que o ICMS, por não compor faturamento ou receita bruta das empresas, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições. Para os quatro processos em curso houve o trânsito em julgado em dezembro de 2018, agosto e setembro de 2019 e setembro de 2020. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, houve revisão da estimativa dos montantes a recuperar. O montante do crédito constituído e estimado de realização para todas as ações é de R\$5.674 (R\$15.216 em 31 de dezembro de 2019), líquidos de perda ao valor de realização de R\$8.511 (R\$35.503 em 31 de dezembro de 2019).

- (iii) Representado por créditos resultantes das apurações anuais do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, recolhidos pelo regime de estimativa.

Em decorrência dos impactos trazidos pela pandemia do COVID-19, a Companhia realizou o fechamentos de várias lojas no período corrente e adicionalmente apresentou um plano aditivo da recuperação judicial no qual considera a possível venda das UPI's (Site; Lojas e/ou Mista – nota explicativa 31), o que poderá reduzir a capacidade de geração de receitas, a Administração não reúne os elementos necessários para determinar o impacto sobre a estimativa de realização dos tributos a recuperar em 30 de setembro de 2020, até que sejam conhecidos os termos aprovados do Plano Aditivo de recuperação judicial.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
| Ativo não circulante: | | | | |
| Provisões para impostos e contribuições a recolher | - | - | 364 | 362 |
| Provisão contingências cíveis e trabalhistas | 18.582 | 17.243 | 55.056 | 50.779 |
| Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação | - | - | 5.073 | 6.685 |
| Perda por redução ao valor recuperável | (1.669) | - | 75.424 | 74.217 |
| Outras provisões | - | - | 9.725 | 10.291 |
| Reversão provisão ativo fiscal diferido | <u>(15.085)</u> | <u>(9.586)</u> | <u>(43.559)</u> | <u>(31.103)</u> |
| | <u>1.828</u> | <u>7.657</u> | <u>102.083</u> | <u>111.231</u> |
| Passivo não circulante: | | | | |
| Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos" | - | 5.810 | - | 5.810 |
| Leasing financeiro | - | - | 5.488 | 6.579 |
| AVP - credores recuperação judicial | 1.825 | 1.844 | 96.592 | 98.839 |
| Outros | <u>3</u> | <u>3</u> | <u>3</u> | <u>3</u> |
| | <u>1.828</u> | <u>7.657</u> | <u>102.083</u> | <u>111.231</u> |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

Os créditos fiscais originados do imposto de renda – IR e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | 30/09/20 | 30/09/19 | 30/09/20 | 30/09/19 |
| Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social | (209.459) | (120.485) | (209.477) | (75.010) |
| Aliquota fiscal combinada | <u>34%</u> | <u>34%</u> | <u>34%</u> | <u>34%</u> |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada | 71.216 | 40.965 | 71.222 | 25.503 |
| Adições permanentes - despesas não dedutíveis | (11) | 6.954 | (5.203) | 744 |
| Exclusões permanentes: | | | | |
| Equivalência patrimonial | (72.951) | (48.430) | - | - |
| Créditos fiscais não registrados | <u>(3.800)</u> | <u>(1.370)</u> | <u>(71.565)</u> | <u>(73.615)</u> |
| | <u>(5.546)</u> | <u>(1.881)</u> | <u>(5.546)</u> | <u>(47.368)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do período: | | | | |
| Correntes | (5.546) | - | (5.546) | - |
| Diferidos | <u>-</u> | <u>(1.881)</u> | <u>-</u> | <u>(47.368)</u> |
| | <u>(5.546)</u> | <u>(1.881)</u> | <u>(5.546)</u> | <u>(47.368)</u> |

O imposto de renda e contribuição social correntes referem-se ao valor devido para o mês de abril de 2020 da Controladora, calculado pelo regime de estimativa mensal nos termos da legislação vigente em decorrência da venda dos ativos da unidade operacional de Guarulhos.

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; e empréstimo de mútuo.

O Instituto Jorge Saraiva encerrou suas atividades em março de 2020. As doações realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva no período de nove meses encerrado em 30/09/2019, foram destinadas às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, não foram realizadas doações.

Empréstimos de mútuo obtidos com a Controlada:

| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
|------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Saldos no início do exercício | 8.619 | 2.183 |
| Empréstimos obtidos | 1.500 | 6.709 |
| Pagamentos efetuados | (10.151) | (569) |
| Despesas financeiras | <u>32</u> | <u>296</u> |
| Saldos no fim do período/exercício | <u>-</u> | <u>8.619</u> |

Empréstimos de mútuo concedidos para a Controlada:

| | <u>30/09/20</u> |
|-------------------------------|-----------------|
| Saldos no início do exercício | - |
| Empréstimos concedidos | |
| liquidos dos recebimentos | 69.113 |
| Pagamentos efetuados | (7.250) |
| Receitas financeiras | <u>652</u> |
| Saldos no fim do período | <u>62.515</u> |

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 01/07/20 a 30/09/20 | 01/01/20 a 30/09/20 | 01/07/19 a 30/09/19 | 01/01/19 a 30/09/19 | 01/07/20 a 30/09/20 | 01/01/20 a 30/09/20 | 01/07/19 a 30/09/19 | 01/01/19 a 30/09/19 |
| Pró-labore do conselho de administração | 47 | 521 | 339 | 1.016 | 60 | 582 | 375 | 1.124 |
| Pró-labore da diretoria | <u>7</u> | <u>11</u> | <u>6</u> | <u>18</u> | <u>103</u> | <u>447</u> | <u>333</u> | <u>999</u> |
| Subtotal | 54 | 532 | 345 | 1.034 | 163 | 1.029 | 708 | 2.123 |
| Remuneração baseada em ações | - | - | - | 18 | - | - | - | 18 |
| Outras remunerações | <u>20</u> | <u>139</u> | <u>88</u> | <u>262</u> | <u>50</u> | <u>284</u> | <u>191</u> | <u>567</u> |
| | <u>74</u> | <u>671</u> | <u>433</u> | <u>1.314</u> | <u>213</u> | <u>1.313</u> | <u>899</u> | <u>2.708</u> |

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

10. INVESTIMENTOS

Participação no Varejo e suas principais informações:

| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
|---|------------------|------------------|
| Quantidade de ações do capital social - milhares | 489.666 | 489.666 |
| Quantidade de ações possuídas - milhares | 489.626 | 489.626 |
| Participação no capital social | 99,99% | 99,99% |
| Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo) | 100,00% | 100,00% |
| Capital social | 515.123 | 515.123 |
| Patrimônio líquido | (362.427) | (147.846) |
| Reversão de provisão para impairment pela baixa do ativo | <u>-</u> | <u>(4.909)</u> |
| Total | <u>(362.427)</u> | <u>(152.755)</u> |

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

| | <u>Controladora</u> | | | |
|---|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>01/07/20</u> | <u>01/01/20</u> | <u>01/07/19</u> | <u>01/01/19</u> |
| | <u>a 30/09/20</u> | <u>a 30/09/20</u> | <u>a 30/09/19</u> | <u>a 30/09/19</u> |
| Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial: | | | | |
| Prejuízo do Varejo | <u>(46.699)</u> | <u>(214.581)</u> | <u>(12.049)</u> | <u>(142.454)</u> |
| Equivalência patrimonial | <u>(46.695)</u> | <u>(214.563)</u> | <u>(12.048)</u> | <u>(142.442)</u> |

Alterações registradas nas contas de investimentos:

| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
|---|-----------------|-----------------|
| Saldo no início do exercício | - | 120.943 |
| Participação no resultado do Varejo | (214.563) | (294.159) |
| Lucro não realizado em operação de venda do intangível para Varejo | - | 20.473 |
| Parcela excedente do saldo contábil da participação transferida para o passivo não circulante | <u>214.563</u> | <u>152.743</u> |
| Saldo no fim do período/exercício | <u>-</u> | <u>-</u> |

Principais informações do Varejo:

| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
|---|------------------|------------------|
| Ativo total | 421.277 | 821.038 |
| Passivo circulante e não circulante | 783.704 | 968.884 |
| Patrimônio líquido | (362.427) | (147.846) |
| | <u>30/09/20</u> | <u>30/09/19</u> |
| Receita operacional líquida | 206.051 | 513.252 |
| Custo das mercadorias e serviços vendidos | (148.212) | (364.257) |
| Lucro bruto | 57.839 | 148.995 |
| Despesas operacionais | (143.133) | (262.670) |
| Depreciações | (37.589) | (61.752) |
| Outras | (69.152) | (160.350) |
| Resultado operacional | (192.035) | (335.777) |
| Resultado financeiro | (22.546) | 238.810 |
| Resultado antes dos impostos | (214.581) | (96.967) |
| Imposto de renda e contribuição social | - | (45.487) |
| Prejuízo líquido | <u>(214.581)</u> | <u>(142.454)</u> |

11. IMOBILIZADO

| | | Controladora | | | | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|-----------------|-----------------------|---------------|
| | | <u>30/09/20</u> | | | <u>31/12/19</u> | | |
| | Taxa anual de depreciação - % | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 679 | (679) | - | 783 | (782) | 1 |
| Móveis, utensílios e instalações | 10 | 2.490 | (2.346) | 144 | 2.490 | (2.310) | 180 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (*) | 5.421 | (5.397) | 24 | 5.421 | (5.390) | 31 |
| Equipamentos de informática | 20 | 12.387 | (12.387) | - | 12.387 | (12.386) | 1 |
| | | <u>20.977</u> | <u>(20.809)</u> | <u>168</u> | <u>21.081</u> | <u>(20.868)</u> | <u>213</u> |

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

| | | Consolidado | | | | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------|-----------------------|----------------|
| | | 30/09/20 | | | 31/12/19 | | |
| | Taxa anual de depreciação - % | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 4.107 | (4.105) | 2 | 6.445 | (4.185) | 2.260 |
| Móveis, utensílios e instalações | 10 | 51.978 | (46.984) | 4.994 | 73.407 | (59.802) | 13.605 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (*) | 111.386 | (103.761) | 7.625 | 152.422 | (139.014) | 13.408 |
| Equipamentos de informática | 20 | 58.923 | (56.512) | 2.411 | 69.182 | (61.014) | 8.168 |
| Direito de uso em Arrendamento | | 158.584 | (45.250) | 113.334 | 353.771 | (44.981) | 308.790 |
| Imobilizado em andamento | - | - | - | - | 59 | - | 59 |
| | | <u>384.978</u> | <u>(256.612)</u> | <u>128.366</u> | <u>655.286</u> | <u>(308.996)</u> | <u>346.290</u> |

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

| Controladora | | | | |
|--------------------------------------|-----------------|-------------|--------------|-----------------|
| | 31/12/19 | Adições | Baixas | 30/09/20 |
| Custo: | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 783 | - | (104) | 679 |
| Móveis, utensílios e instalações | 2.490 | - | - | 2.490 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 5.421 | - | - | 5.421 |
| Equipamentos de informática | <u>12.387</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>12.387</u> |
| Total do custo | <u>21.081</u> | <u>-</u> | <u>(104)</u> | <u>20.977</u> |
| Depreciação acumulada: | | | | |
| Máquinas e equipamentos | (782) | (1) | 104 | (679) |
| Móveis, utensílios e instalações | (2.310) | (36) | - | (2.346) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (5.390) | (7) | - | (5.397) |
| Equipamentos de informática | <u>(12.386)</u> | <u>(1)</u> | <u>-</u> | <u>(12.387)</u> |
| Total da depreciação | <u>(20.868)</u> | <u>(45)</u> | <u>104</u> | <u>(20.809)</u> |
| Valor líquido | <u>213</u> | <u>(45)</u> | <u>-</u> | <u>168</u> |

| Consolidado | | | | | | |
|---|------------------|-----------------|------------------|----------------|--|------------------|
| | 31/12/19 | Adições | Baixas | Transferências | Perda por redução ao valor recuperável | 30/09/20 |
| Custo: | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 6.445 | - | (185) | - | (2.153) | 4.107 |
| Móveis, utensílios e instalações | 73.407 | 3 | (9.113) | - | (12.319) | 51.978 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 152.422 | 1.546 | (19.733) | 668 | (23.517) | 111.386 |
| Equipamentos de informática | 69.182 | 17 | (6.266) | - | (4.010) | 58.923 |
| Direito de uso em arrendamento | 353.771 | 11.046 | (93.124) | - | (113.109) | 158.584 |
| Imobilizado em andamento | 59 | 609 | - | (668) | - | - |
| Total do custo | <u>655.286</u> | <u>13.221</u> | <u>(128.421)</u> | <u>-</u> | <u>(155.108)</u> | <u>384.978</u> |
| Depreciação acumulada: | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | (4.185) | (124) | 185 | - | 19 | (4.105) |
| Móveis, utensílios e instalações | (59.802) | (1.794) | 8.124 | - | 6.488 | (46.984) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (139.014) | (3.119) | 18.612 | - | 19.760 | (103.761) |
| Equipamentos de informática | (61.014) | (2.181) | 5.075 | - | 1.608 | (56.512) |
| Direito de uso em arrendamento | (44.981) | (26.527) | 16.002 | - | 10.256 | (45.250) |
| Total da depreciação | <u>(308.996)</u> | <u>(33.745)</u> | <u>47.998</u> | <u>-</u> | <u>38.131</u> | <u>(256.612)</u> |
| Valor líquido | <u>346.290</u> | <u>(20.524)</u> | <u>(80.423)</u> | <u>-</u> | <u>(116.977)</u> | <u>128.366</u> |

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. A Administração realizou a revisão das estimativas contábeis utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos relacionados às lojas da rede, temporariamente fechadas em observância as orientações governamentais por conta da Covid-19. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, foi estimada perda por redução ao valor recuperável para os ativos do Varejo, no montante de R\$116.977 (R\$1.271 no exercício encerrado em 31 de dezembro 2019).

12. INTANGÍVEL

| | | Controladora | | | | | |
|----------------------------------|----|--------------|--------------------------|------------------|------------|--------------------------|------------------|
| | | 30/09/20 | | | 31/12/19 | | |
| Taxa anual de amortização - % | | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido |
| Software | 20 | <u>710</u> | <u>(710)</u> | <u>-</u> | <u>710</u> | <u>(710)</u> | <u>-</u> |

| | | Consolidado | | | | | |
|-------------------|-------------------------------|----------------|-----------------------|---------------|----------------|-----------------------|---------------|
| | | 30/09/20 | | | 31/12/19 | | |
| | Taxa anual de amortização - % | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido |
| Cessão comercial | 20 | 11.601 | (11.601) | - | 20.858 | (20.858) | - |
| Software | 20 | 95.567 | (95.567) | - | 158.100 | (89.848) | 68.252 |
| Marcas e patentes | - | - | - | - | 63 | - | 63 |
| | | <u>107.168</u> | <u>(107.168)</u> | <u>-</u> | <u>179.021</u> | <u>(110.706)</u> | <u>68.315</u> |

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

| | | Controladora | |
|------------------------|--|--------------|--------------|
| | | 31/12/19 | 30/09/20 |
| Custo: | | | |
| Software | | <u>710</u> | <u>710</u> |
| Amortização acumulada: | | | |
| Software | | <u>(710)</u> | <u>(710)</u> |
| Valor líquido | | <u>-</u> | <u>-</u> |

| | | Consolidado | | | |
|------------------------|------------------|--|----------------|-----------------|------------------|
| | | Perda por redução ao valor recuperável | | | |
| | | 31/12/19 | Adições | Baixas | 30/09/20 |
| Custo: | | | | | |
| Cessão comercial | 20.858 | - | (5.830) | (3.427) | 11.601 |
| Software | 158.100 | 109 | (258) | (62.384) | 95.567 |
| Marcas e patentes | 63 | - | - | (63) | - |
| Total do custo | <u>179.021</u> | <u>109</u> | <u>(6.088)</u> | <u>(65.874)</u> | <u>107.168</u> |
| Amortização acumulada: | | | | | |
| Cessão comercial | (20.858) | - | 5.830 | 3.427 | (11.601) |
| Software | (89.848) | (6.151) | 258 | 174 | (95.567) |
| Total da amortização | <u>(110.706)</u> | <u>(6.151)</u> | <u>6.088</u> | <u>3.601</u> | <u>(107.168)</u> |
| Valor líquido | <u>68.315</u> | <u>(6.042)</u> | <u>-</u> | <u>(62.273)</u> | <u>-</u> |

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No período de nove meses

encerrado em 30 de setembro de 2020, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas para o intangível do Varejo, no montante de R\$67.182 (R\$50.234 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019), líquidos de reversão de provisão para impairment no intangível da Editora de R\$4.909.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| | <u>Consolidado</u> | |
|---------------------------------------|--------------------|-----------------|
| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
| Empréstimos e financiamentos | | |
| Em moeda nacional: | | |
| Empréstimos para capital de giro | 152.487 | 150.304 |
| Arrendamento financeiro | 7.033 | 6.567 |
| | <u>159.520</u> | <u>156.871</u> |
| Financiamento por arrendamento | | |
| Em moeda nacional: | | |
| Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2) | 125.654 | 327.042 |
| | <u>285.174</u> | <u>483.913</u> |
| Passivo circulante | 49.554 | 66.345 |
| Passivo não circulante | <u>235.620</u> | <u>417.568</u> |
| | <u>285.174</u> | <u>483.913</u> |

Empréstimos contratados

| Instituição | Finalidade | Modalidade | Contratação | Vencimento | Garantias | Valor contratado | Encargos |
|---------------------------|-----------------------|------------|-------------|------------|--|------------------|----------------------------|
| Banco do Brasil S/A | Capital de giro | CCB | Mar/2017 | Abr/2025 | Aval Controladora, Imóvel e Aplicação Financeira | R\$ 120.000 | TR + 0,8% a.m. |
| Banco do Brasil S/A | Capital de giro | CCB | Ago/2017 | Ago/2030 | Aval Controladora | R\$ 15.000 | TR + 0,65% a.m. |
| Banco do Brasil S/A | Capital de giro | CCB | Ago/2019 | Ago/2030 | Aval Controladora | R\$ 1.358 | TR + 0,8% a.m. |
| Banco Itaú S/A | Capital de giro | CCB | Mar/2019 | Mai/2022 | Aval Controladora | R\$ 16.640 | 100% CDI a.a. + 3% a.a. |
| HP Financial Services S/A | Software e manutenção | Leasing | Nov/2015 | Dez/2020 | Bem arrendado | R\$ 10.709 | 100% CDI a.a. + 0,29% a.m. |
| HP Financial Services S/A | Software e manutenção | Leasing | Mar/2017 | Fev/2020 | Bem arrendado | R\$ 6.451 | 100% CDI a.a. + 0,26% a.m. |
| SG Equipment Finance S/A | Software e manutenção | Leasing | Dez/2014 | Fev/2024 | Bem arrendado | R\$ 12.223 | - |

Movimentação no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020

| Descrição | 31/12/19 | Adições (Baixas) | Encargos | Pagamentos principal e juros | Perda por redução ao valor recuperável | 30/09/20 |
|--------------------------------------|----------------|---------------------|---------------|------------------------------------|---|----------------|
| Empréstimos - capital de giro | 150.304 | - | 10.338 | (8.155) | - | 152.487 |
| Arrendamento financeiro | 6.567 | - | 466 | - | - | 7.033 |
| Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2) | 327.042 | (66.076) | 4.106 | (28.364) | (111.054) | 125.654 |
| | <u>483.913</u> | <u>(66.076)</u> | <u>14.910</u> | <u>(36.519)</u> | <u>(111.054)</u> | <u>285.174</u> |

Arrendamentos Mercantis – CPC 06 (R2)

A Companhia e o Varejo adotaram a partir de 1 de janeiro de 2019, a forma de reconhecimento e mensuração de seus contratos de arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06(R2). A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil incluídos na mensuração do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento do Varejo é reconhecido pelo valor presente das obrigações contratuais na data de contratação dos aluguéis em contrapartida do direito de uso, registrado em conta do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é linear pelo prazo médio estimado de permanência nos estabelecimentos locados pelo Varejo, de acordo com cada contrato. A depreciação incorrida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R\$26.527 (nota explicativa 11).

Os juros incorridos pelo passivo de arrendamento foram calculados pela taxa incremental de empréstimos que seria obtida em operação similar, considerando a condição econômica do Varejo, equivalente a 8,53% a.a. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, foram incorridas despesas financeiras sobre o passivo de arrendamento no montante de R\$4.106.

Informações sobre os arrendamentos mercantis:

Cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

| <u>Consolidado</u> | |
|--------------------|----------------|
| <u>30/09/20</u> | |
| Até 1 ano | 24.991 |
| De 1 ano a 5 anos | 89.920 |
| Mais que 5 anos | <u>45.932</u> |
| Total | <u>160.843</u> |

Direito potencial de Pis e Cofins

A Companhia possui o direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de plantas industriais e outros. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de Pis e Cofins apresentados no quadro a seguir:

| | <u>Nominal</u> | <u>Ajustado a valor presente</u> |
|------------------------------|-----------------|--------------------------------------|
| Contraprestação arrendamento | 160.843 | 125.654 |
| PIS/COFINS potencial (9,25%) | <u>(13.618)</u> | <u>(10.639)</u> |
| | <u>147.225</u> | <u>115.015</u> |

Efeitos inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação denominados fluxo real, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação denominados fluxo inflacionado. As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

| <u>Ativos de direito de uso</u> | | <u>Passivos de Arrendamento</u> | |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|
| <u>Fluxo real</u> | <u>Consolidado</u> <u>30/09/20</u> | <u>Fluxo real</u> | <u>Consolidado</u> <u>30/09/20</u> |
| Direito de uso | 156.926 | Passivo de arrendamento | 174.083 |
| Depreciação | (43.592) | Despesas financeiras (a incorrer) | (48.429) |
| | <u>113.334</u> | | <u>125.654</u> |
| <u>Fluxo inflacionado</u> | <u>Consolidado</u> <u>30/09/20</u> | <u>Fluxo inflacionado</u> | <u>Consolidado</u> <u>30/09/20</u> |
| Direito de uso | 163.690 | Passivo de arrendamento | 181.586 |
| Depreciação | (45.471) | Despesas financeiras (a incorrer) | (50.517) |
| | <u>118.219</u> | | <u>131.069</u> |
| Fonte: Globo.com (IBGE) | 4,31% | | |

Outras informações sobre os arrendamentos mercantis

Direito de uso em arrendamento

| | |
|--|------------------|
| Saldo inicial – 31/12/2019 | 308.790 |
| Adições / baixas | (66.076) |
| Amortização | (26.527) |
| Perda por redução ao valor de recuperação | <u>(102.853)</u> |
| Saldos em 30/09/2020 | <u>113.334</u> |

Passivo de arrendamento

| | |
|--|------------------|
| Saldo inicial – 31/12/2019 | 327.042 |
| Juros incorridos | 4.106 |
| Pagamentos realizados | (28.364) |
| Adições / baixas | (66.076) |
| Perda por redução ao valor de recuperação | <u>(111.054)</u> |
| SalDOS em 30/09/2020 | <u>125.654</u> |

As informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento da Companhia e do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 25.

14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras.

Em 16 de junho de 2017, foram implementadas alterações no programa de acumulação de pontos. De acordo com o novo regulamento do Programa, a cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras (antes, a cada 1.000 pontos) o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 30 de setembro de 2020, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$1.551 (R\$3.379 em 31 de dezembro de 2019).

15. FORNECEDORES

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|-----------------------|---------------------|-----------------|--------------------|-----------------|
| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
| Fornecedor - nacional | 378 | 629 | 99.516 | 93.266 |
| Fornecedor - exterior | - | - | 229 | 17 |
| | <u>378</u> | <u>629</u> | <u>99.745</u> | <u>93.283</u> |

Composição dos saldos por vencimento:

| | Consolidado | |
|-------------------|-----------------|-----------------|
| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
| A vencer | 33.540 | 74.745 |
| Vencidos: | | |
| Até 60 dias | 6.311 | 15.783 |
| De 61 a 90 dias | 1.725 | 206 |
| De 91 a 180 dias | 38.325 | 8 |
| Acima de 180 dias | <u>19.844</u> | <u>2.541</u> |
| | <u>99.745</u> | <u>93.283</u> |

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | - | - | 476 | 780 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 82 | 72 | 218 | 778 |
| Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas | 7 | 14 | 93 | 681 |
| Imposto sobre Serviços - ISS | - | - | 27 | 50 |
| Parcelamento de tributos - Estaduais (a) | - | - | 1.488 | 1.616 |
| Outros | - | - | 93 | 57 |
| | <u>89</u> | <u>86</u> | <u>2.395</u> | <u>3.962</u> |
| Passivo circulante | 89 | 86 | 1.407 | 2.798 |
| Passivo não circulante | - | - | 988 | 1.164 |
| | <u>89</u> | <u>86</u> | <u>2.395</u> | <u>3.962</u> |

- (a) Parcelamentos ordinários instruídos em 2018, nos Estados de Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R\$371 (R\$549 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019).

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

| Controladora | | | | |
|------------------|-----------------|----------------|------------------|-----------------|
| | <u>31/12/19</u> | <u>Despesa</u> | <u>Pagamento</u> | <u>30/09/20</u> |
| Férias | 231 | 23 | - | 254 |
| 13º salário | - | 7 | - | 7 |
| Salários a pagar | 55 | - | (41) | 14 |
| FGTS a recolher | 19 | 4 | (2) | 21 |
| INSS a recolher | 97 | 147 | (177) | 67 |
| | <u>402</u> | <u>181</u> | <u>(220)</u> | <u>363</u> |

| Consolidado | | | | |
|------------------|-----------------|----------------|------------------|-----------------|
| | <u>31/12/19</u> | <u>Despesa</u> | <u>Pagamento</u> | <u>30/09/20</u> |
| Férias | 5.136 | 3.220 | (5.504) | 2.852 |
| 13º salário | - | 2.652 | (1.529) | 1.123 |
| Salários a pagar | 2.011 | 26.341 | (26.673) | 1.679 |
| FGTS a recolher | 912 | 6.794 | (4.594) | 3.112 |
| INSS a recolher | 4.551 | 6.965 | (8.924) | 2.592 |
| | <u>12.610</u> | <u>45.972</u> | <u>(47.224)</u> | <u>11.358</u> |

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

| Controladora | | | |
|-------------------------------|-----------------|--------------------|-----------------|
| Constituição | | | |
| | <u>31/12/19</u> | <u>/(Reversão)</u> | <u>30/09/20</u> |
| Contingências tributárias (a) | 47.218 | 3.294 | 50.512 |
| Contingências trabalhistas | 3.007 | 464 | 3.471 |
| Contingências cíveis | 656 | 14 | 670 |
| | <u>50.881</u> | <u>3.772</u> | <u>54.653</u> |

| | Consolidado | | |
|---|----------------|---------------|----------------|
| | Constituição | | |
| | 31/12/19 | /(Reversão) | 30/09/20 |
| Contingências tributárias (a) | 137.205 | 8.957 | 146.162 |
| Contingências trabalhistas | 7.549 | (172) | 7.377 |
| Contingências cíveis | 4.854 | 3.537 | 8.391 |
| ICMS - Auto de infração (b) | 1.063 | 8 | 1.071 |
| PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo | 2.162 | 174 | 2.336 |
| | <u>152.833</u> | <u>12.504</u> | <u>165.337</u> |

(a) Inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo, sendo as mais relevantes:

- i. Processos administrativos do Varejo, no montante estimado de R\$46.083, relacionado a manifestação de inconformidade para despacho decisório que indeferiu Pedidos de Compensação/Restituição de créditos de PIS e COFINS para os períodos base de 2013 a 2015, cuja perda no âmbito administrativo é considerada provável pelos assessores jurídicos do Varejo. O montante provisionado corresponde a parcela utilizada para o pagamento de impostos administrados pela Receita Federal do Brasil. A parcela correspondente aos créditos restituíveis, registrada no ativo não circulante foi estimada como perda por redução ao valor de recuperação (Nota explicativa nº 7);
 - ii. Ações judiciais da Controladora e do Varejo, que discutem com o Banco do Brasil a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos pela RFB, no montante estimado de R\$58.760 para garantir ações judiciais que discutiram a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB;
 - iii. Mandados de segurança instruídos para assegurar o direito ao desembaraço aduaneiro do e-reader do Varejo sem o recolhimento dos tributos federais, o montante de R\$12.004;
 - iv. Autos de infração e imposição de multas para a Controladora, no montante de R\$13.183, envolvendo contribuições previdenciárias;
- (b) Provisão correspondente ao valor de principal e multa para discussão judicial em curso para anulação de autos de infração lavrados em 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo.

Depósitos judiciais

| | Controladora | | |
|---|---------------|----------------|---------------|
| | Acréscimo/ | | |
| | 31/12/19 | (Baixa) | 30/09/20 |
| PIS/COFINS (a) | 996 | 7 | 1.003 |
| Processos administrativos - compensação de tributos | 6.066 | - | 6.066 |
| Outros processos judiciais e administrativos | 3.578 | 121 | 3.699 |
| Processos judiciais trabalhistas | 889 | (1) | 888 |
| | <u>11.529</u> | <u>127</u> | <u>11.656</u> |
| | | | |
| | Consolidado | | |
| | Acréscimo/ | | |
| | 31/12/19 | (Baixa) | 30/09/20 |
| PIS/COFINS (a) | 996 | 7 | 1.003 |
| Processos administrativos - compensação de tributos | 6.066 | - | 6.066 |
| Outros processos judiciais e administrativos (b) | 23.805 | (1.915) | 21.890 |
| Processos judiciais trabalhistas | 3.148 | (106) | 3.042 |
| | <u>34.015</u> | <u>(2.014)</u> | <u>32.001</u> |

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.

(b) Inclui o montante de R\$15.233 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$479.766, sendo R\$246.927 para a Controladora e R\$232.839 para o Varejo (R\$489.719 em 31 de dezembro de 2019, sendo R\$245.307 para a Controladora e R\$244.412 para o Varejo).

Composição dos principais passivos com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

| PROCESSOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA | OBJETO | VALOR ESTIMADO |
|----------------------------------|---|----------------|
| a- INSS | Autos de infração lavrados contra a Controladora relacionados a constituição de crédito tributário sobre participação nos lucros de colaboradores e administradores e descumprimento de obrigações acessórias | 7.198 |
| b- IRPJ/CSLL/PIS/COFINS | Representados substancialmente por processos de impugnação em curso, de despachos decisórios que não homologaram créditos tributários utilizados pela Controladora e o Varejo para o pagamento de tributos federais | 258.290 |
| c- II, IPI, ICMS, PIS e COFINS | Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para reconhecer a imunidade de impostos e a alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS incidentes nos processos de importação do leitor digital – LEV | 6.701 |
| d- ICMS | Autos de infração lavrados contra o Varejo relacionados ao crédito de ICMS registrado sobre aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria de Fazenda Estadual | 29.503 |
| e- Diversos | Outras discussões administrativas e judiciais sobre processos tributários | 130.908 |
| TOTAL | | 432.600 |

| PROCESSOS DE NATUREZA CÍVEL | OBJETO | VALOR ESTIMADO |
|-----------------------------|---|----------------|
| a- Contratos de locação | Ações renovatórias ajuizadas pelo Varejo relacionadas às suas unidades operacionais | 3.777 |
| b- Outros | Outros processos da Controladora com objetos variados e do Varejo relacionados à ações individuais de relações de consumo | 32.640 |
| TOTAL | | 36.417 |

| PROCESSOS DE NATUREZA TRABALHISTA | OBJETO | VALOR ESTIMADO |
|-----------------------------------|--|----------------|
| a- Diversos | Ações trabalhistas ajuizadas contra a Controladora e o Varejo, substancialmente relacionadas a responsabilidade subsidiária ou reconhecimento de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço | 10.749 |

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2020, re-ratificada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2020, foi deliberada (i) a homologação parcial do aumento de capital deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de novembro de 2019, com a emissão de 12.244.309 novas ações (8.998.528 ações ordinárias e 3.245.781 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R\$17.754, passando o capital social da Companhia de R\$282.999 para R\$300.753, e (ii) uma nova emissão de bônus de subscrição da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia e em complemento à emissão de bônus de subscrição deliberada pelo CA em 03/11/2019.

Em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26/06/20, 31/07/20 e 28/08/20, foram deliberados aumentos de capital por meio do exercício de bônus de subscrição, com emissão de 19.300.965 novas ações (3.860.193 ações ordinárias e 15.440.772 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R\$965, passando o capital social da Companhia de R\$300.753 para R\$301.718.

Em 30 de setembro de 2020, o capital social da Controladora, no montante de R\$301.718 (R\$282.999 em 31 de dezembro de 2019), está representado por 58.247.019 ações, sendo 22.281.034 ordinárias e 35.765.985 preferenciais (26.701.745 ações em 31 de dezembro de 2019, sendo 9.622.313 e 17.079.432, respectivamente) sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto. Em 31 de outubro de 2019 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital autorizado da Companhia, que passou para o limite de até 66.000.000 (sessenta e seis milhões) de ações; e a inclusão de regra estatutária conferindo poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, dentro do limite do capital autorizado, emitir bônus de subscrição.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Bônus de subscrição

Nos termos da cláusula 11.6 do Plano de Recuperação Judicial Original, homologado em 4 de setembro de 2019, os credores da Subclasse Credores Fornecedores Incentivadores, que assim optarem no Termo Credor Incentivador – cláusula 11.2.1, do referido plano, farão jus ao recebimento de Bônus de Subscrição que conferirá aos seus titulares o direito de adquirir determinada quantidade de ações representativas do capital social da Companhia, sendo que quaisquer recursos recebidos pela Companhia em decorrência da emissão ou exercício dos Bônus de Subscrição, inclusive em caso do exercício do direito de preferência pelos acionistas, deverão ser integral e prioritariamente destinados à amortização extraordinária da dívida com os Credores Fornecedores Incentivadores.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, foram emitidos e utilizados para amortização da dívida 5.816.587 bônus, correspondentes a 29.082.935 ações (5.816.587 ações ordinárias e 23.266.348 ações preferenciais), equivalentes ao montante de R\$54.835.

c) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$16 (R\$1,03 por ação - cotação em 30 de setembro de 2020).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

Em 28 de outubro de 2019, a Companhia comunicou aos seus acionistas que o pagamento dos dividendos declarados pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, no montante de R\$5.817, será realizado nos termos do PRJ aprovado em 28 de agosto e homologado em 4 de setembro de 2019 será realizado. O saldo remanescente, no montante de R\$11.634, estabelecido no cronograma de distribuição divulgado por meio de Fato Relevante publicado em 2 de agosto de 2017, que permaneceu em aberto em decorrência da situação econômico-financeira da Companhia, conforme Fato Relevante publicado em 28 de março de 2019, será reclassificado para reserva especial, onde poderá absorver prejuízos acumulados do exercício corrente, nos termos previstos na Lei 6.404/76.

e) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Controladora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os programas de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada programa e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas operacionais”, no resultado, e na rubrica “Reservas de lucros”, no patrimônio líquido.

No período entre 13 de maio e 13 de setembro de 2019, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (5ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

| | 7º Programa (5ª tranche) |
|--|-----------------------------|
| Data da outorga | 16/07/2014 |
| Início do prazo de exercício das opções | 13/05/2019 |
| Término do prazo de exercício das opções | 13/09/2019 |
| Taxa de juro livre de risco | 11,74% |
| Número de administradores e funcionários elegíveis | 11 |
| Preço fixado - R\$ | 21,00 |
| Indexador | IPCA |
| Número de opções em aberto | <u>-</u> |
| Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$ | <u>5,57</u> |

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Em abril de 2020, a Companhia concluiu a venda dos ativos da unidade operacional de Guarulhos, o saldo de R\$11.279, líquido dos impostos diferidos de R\$5.810 que representava o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, foi totalmente baixado.

g) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Constituída em AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2016.

Em 02 de agosto de 2017, a Controladora comunicou através de fato relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Administração da Controladora e seus acionistas controladores se comprometeram, em processo administrativo em curso na CVM, a implementar o seguinte cronograma de distribuição do saldo remanescente do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2015, transferido para o passivo circulante e não circulante, no montante total de R\$17.452:

| Deliberação | Valor |
|-------------|-------|
| AGO de 2018 | 5.818 |
| AGO de 2019 | 5.817 |
| AGO de 2020 | 5.817 |

Em 26 de abril de 2018, foi aprovada a distribuição da parcela no montante de R\$5.818, correspondentes ao valor bruto de R\$ 0,21798 por ação e equivalente a 33% (trinta e três por cento) do saldo da Reserva Especial.

A distribuição parcial do dividendo obrigatório retido no exercício social 2015, no montante de R\$5.817, cujo pagamento era previsto para 18 de dezembro de 2018, conforme havia sido aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2018 foi suspensa em virtude de disposição legal relacionada ao pedido de recuperação judicial (Artigo 6º da Lei nº 11.101/2015). Em 28 de outubro de 2019, foi divulgado o pagamento do montante de

R\$5.817, registrado no passivo circulante, aprovado em AGE de 26 de abril de 2018, nos termos do PRJ aprovado em 28 de agosto e homologado em 4 de setembro de 2019.

O saldo remanescente, previsto no cronograma aprovado em 2 de agosto de 2017, no montante de R\$11.634, registrado no passivo não circulante, foi reclassificado para Reserva Especial, onde absorveu prejuízos, nos termos da Lei 6.404/76.

h) Participação de não controladores

| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Saldos no início do exercício | (12) | 12 |
| Participação no resultado do período | <u>(18)</u> | <u>(24)</u> |
| Saldos no fim do período/exercício | <u><u>(30)</u></u> | <u><u>(12)</u></u> |

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | <u>Consolidado</u> | | | |
|---|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | <u>01/07/20</u> | <u>01/01/20</u> | <u>01/07/19</u> | <u>01/01/19</u> |
| | <u>a 30/09/20</u> | <u>a 30/09/20</u> | <u>a 30/09/19</u> | <u>a 30/09/19</u> |
| Receita operacional líquida: | | | | |
| Venda de mercadorias e serviços | 42.718 | 215.168 | 161.684 | 544.250 |
| (-) Impostos incidentes | (1.247) | (6.801) | (6.701) | (21.442) |
| (-) Devoluções | (919) | (4.144) | (2.046) | (10.622) |
| (-) Diferimento da receita - Saraíva Plus | <u>1.115</u> | <u>1.828</u> | <u>(274)</u> | <u>1.066</u> |
| | <u><u>41.667</u></u> | <u><u>206.051</u></u> | <u><u>152.663</u></u> | <u><u>513.252</u></u> |

21. DESPESAS POR NATUREZA

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 01/07/20 a 30/09/20 | 01/01/20 a 30/09/20 | 01/07/19 a 30/09/19 | 01/01/19 a 30/09/19 | 01/07/20 a 30/09/20 | 01/01/20 a 30/09/20 | 01/07/19 a 30/09/19 | 01/01/19 a 30/09/19 |
| Mercadorias | - | - | - | - | (36.755) | (148.212) | (97.812) | (364.257) |
| Despesa com pessoal e encargos | (59) | (338) | (229) | (722) | (17.777) | (64.495) | (41.705) | (110.110) |
| Honorários dos administradores | (54) | (532) | (345) | (1.034) | (163) | (1.029) | (708) | (2.123) |
| Propaganda e publicidade | - | - | - | - | (454) | (3.505) | (5.627) | (17.587) |
| Arrendamento mercantil - parcela variável | - | - | - | - | (287) | (317) | (92) | (2.215) |
| Publicações legais | - | - | - | (208) | (2) | (119) | - | (314) |
| Condomínio e fundos de promoção | - | - | - | - | (2.424) | (11.100) | (6.255) | (22.140) |
| Frete e embalagens | - | - | - | - | (3.833) | (14.608) | (9.552) | (26.272) |
| Serviços de informática | - | - | - | - | (1.902) | (7.357) | (3.480) | (7.381) |
| Consultoria e assessoria | - | - | - | - | (988) | (2.712) | (7.481) | (11.642) |
| Viagens e estadias | - | - | - | - | (5) | (115) | (182) | (355) |
| Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança | - | - | - | - | (907) | (3.460) | (2.866) | (7.405) |
| Perda com créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | - | (7) | (243) | (581) | (2.868) |
| Outras | (2.066) | (3.144) | 58 | (1.712) | (11.910) | (38.087) | (19.291) | (55.934) |
| | <u>(2.179)</u> | <u>(4.014)</u> | <u>(516)</u> | <u>(3.676)</u> | <u>(77.414)</u> | <u>(295.359)</u> | <u>(195.632)</u> | <u>(630.603)</u> |
| Classificadas como: | | | | | | | | |
| Custo das mercadorias e dos serviços vendidos | - | - | - | - | (36.755) | (148.212) | (97.812) | (364.257) |
| Despesas com vendas | - | - | - | - | (25.226) | (93.769) | (63.729) | (171.963) |
| Despesas gerais e administrativas | (2.179) | (4.014) | (516) | (3.676) | (15.433) | (53.378) | (34.091) | (94.383) |
| | <u>(2.179)</u> | <u>(4.014)</u> | <u>(516)</u> | <u>(3.676)</u> | <u>(77.414)</u> | <u>(295.359)</u> | <u>(195.632)</u> | <u>(630.603)</u> |

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 01/07/20 a 30/09/20 | 01/01/20 a 30/09/20 | 01/07/19 a 30/09/19 | 01/01/19 a 30/09/19 | 01/07/20 a 30/09/20 | 01/01/20 a 30/09/20 | 01/07/19 a 30/09/19 | 01/01/19 a 30/09/19 |
| Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e ágio | - | - | - | 10 | - | - | (64.298) | (64.672) |
| Perda por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e impostos a recuperar | - | 4.909 | - | - | (661) | (77.737) | (50.234) | (49.771) |
| Baixa de créditos tributários | - | - | - | - | - | - | (12.821) | (12.821) |
| Baixa de créditos com fornecedores | - | - | - | - | - | (438) | - | - |
| Baixa de depósitos judiciais | - | - | - | - | - | - | (1.217) | (1.217) |
| PIS/COFINS s/ outras receitas operacionais e financeiras | (14) | (40) | (7) | (21) | (679) | (4.668) | (368) | (1.333) |
| Cartão "private label" | - | - | - | - | (17) | (251) | (277) | (1.249) |
| Provisão para contingências | - | - | - | - | (1.684) | (8.551) | 3.380 | 1.625 |
| Ajustes do plano de recuperação judicial | - | - | (77) | (77) | - | - | (14.964) | (14.964) |
| Parcelamento tributos estaduais | - | - | - | - | - | (148) | (1.057) | (1.057) |
| Projetos descontinuados | - | - | - | - | - | - | (3.227) | (3.227) |
| Outras despesas operacionais | 3 | 29 | - | - | (1.357) | (1.379) | (2.542) | (2.567) |
| | <u>(11)</u> | <u>4.898</u> | <u>(84)</u> | <u>(88)</u> | <u>(4.398)</u> | <u>(93.172)</u> | <u>(147.625)</u> | <u>(151.253)</u> |

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | 01/07/20 | 01/01/20 | 01/07/19 | 01/01/19 | 01/07/20 | 01/01/20 | 01/07/19 | 01/01/19 |
| | a 30/09/20 | a 30/09/20 | a 30/09/19 | a 30/09/19 | a 30/09/20 | a 30/09/20 | a 30/09/19 | a 30/09/19 |
| Resultado na venda de ativo permanente | - | 4.105 | - | - | (2.505) | 918 | - | - |
| Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados | - | - | - | - | 3.708 | 12.000 | 2.747 | 8.920 |
| Venda de saldos - mercadorias obsoletas | - | - | - | - | - | 845 | - | - |
| Baixa de lucro não realizado na operação de venda do intangível para o Varejo | - | - | 20.473 | 20.473 | - | - | - | - |
| Despesas recuperadas | - | - | 51 | 51 | 2.504 | 3.249 | 654 | 1.723 |
| Ganho na baixa da dívida por meio de bônus de subscrição | - | - | - | - | - | 14.822 | - | - |
| Outras receitas operacionais | - | - | - | 1 | 499 | 1.189 | 315 | 697 |
| | <u>-</u> | <u>4.105</u> | <u>20.524</u> | <u>20.525</u> | <u>4.206</u> | <u>33.023</u> | <u>3.716</u> | <u>11.340</u> |

24. RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 01/07/20 | 01/01/20 | 01/07/19 | 01/01/19 | 01/07/20 | 01/01/20 | 01/07/19 | 01/01/19 |
| | a 30/09/20 | a 30/09/20 | a 30/09/19 | a 30/09/19 | a 30/09/20 | a 30/09/20 | a 30/09/19 | a 30/09/19 |
| Receitas financeiras: | | | | | | | | |
| Receitas sobre aplicações financeiras | - | - | - | - | 7 | 28 | - | 504 |
| Juros sobre empréstimos a controlada | 252 | 652 | - | - | - | - | - | - |
| Juros recebidos de clientes | - | - | - | - | - | 3 | 9 | 16 |
| Juros sobre impostos a recuperar | 48 | 211 | 144 | 437 | 164 | 889 | 818 | 2.485 |
| Descontos financeiros obtidos | - | 16 | - | 15 | 858 | 1.398 | 414 | 603 |
| AVP - Credores recuperação judicial | - | - | 5.532 | 5.532 | - | - | 292.398 | 292.398 |
| Outros juros e variações ativas | - | - | - | - | 60 | 60 | 18 | 92 |
| | <u>300</u> | <u>879</u> | <u>5.676</u> | <u>5.984</u> | <u>1.089</u> | <u>2.378</u> | <u>293.657</u> | <u>296.098</u> |
| Despesas financeiras: | | | | | | | | |
| Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos | - | - | - | - | (3.020) | (14.847) | (8.710) | (26.587) |
| Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada | - | (32) | (86) | (191) | - | - | - | - |
| AVP - Credores recuperação judicial | 4 | (55) | - | - | (1.740) | (6.608) | - | - |
| Descontos financeiros concedidos | - | - | - | - | - | (8) | - | - |
| Outros juros e variações passivas | (45) | (46) | (30) | (116) | (716) | (1.975) | (15.837) | (16.237) |
| Imposto sobre Operações de Crédito - IOF | - | (13) | (22) | (47) | (227) | (519) | (194) | (853) |
| Outras comissões financeiras | (53) | (158) | (51) | (151) | (54) | (160) | (2.235) | (7.582) |
| Outras despesas financeiras | (232) | (415) | (58) | (155) | (301) | (647) | (232) | (705) |
| | <u>(326)</u> | <u>(719)</u> | <u>(247)</u> | <u>(660)</u> | <u>(6.058)</u> | <u>(24.764)</u> | <u>(27.208)</u> | <u>(51.964)</u> |
| | <u>(26)</u> | <u>160</u> | <u>5.429</u> | <u>5.324</u> | <u>(4.969)</u> | <u>(22.386)</u> | <u>266.449</u> | <u>244.134</u> |

25. ARRENDAMENTO MERCANTIL – PARCELA VARIÁVEL DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Em 30 de setembro de 2020, o Varejo possuía 44 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas

de Logística e Administrativa do Varejo possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica “Aluguéis”, em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

| | Consolidado | | | |
|---|-------------|------------|------------|------------|
| | 01/07/20 | 01/01/20 | 01/07/19 | 01/01/19 |
| | a 30/09/20 | a 30/09/20 | a 30/09/19 | a 30/09/19 |
| Arrendamentos mercantis - nota explicativa 21 | (287) | (317) | (92) | (2.215) |

O saldo da rubrica “Arrendamento mercantil - locação de lojas” no passivo circulante em 30 de setembro de 2020 no consolidado é de R\$5.958 (R\$1.826 em 31 de dezembro de 2019).

26. PREJUÍZO POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

| | LPA - Total | | | LPA - Continuada | | | LPA - Descontinuada | | |
|--|---------------------|---------------|-----------|---------------------|---------------|-----------|---------------------|---------------|---------|
| | 01/01/20 a 30/09/20 | | | 01/01/20 a 30/09/20 | | | 01/01/20 a 30/09/20 | | |
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | Ordinárias | Preferenciais | Total | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora | (84.939) | (135.227) | (220.166) | (82.948) | (132.058) | (215.006) | (1.991) | (3.170) | (5.161) |
| Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação | 17.929 | 23.385 | 41.314 | 17.929 | 23.385 | 41.314 | 17.929 | 23.385 | 41.314 |
| Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação | 17.929 | 23.385 | 41.314 | 17.929 | 23.385 | 41.314 | 17.929 | 23.385 | 41.314 |
| Prejuízo por ação - básico - R\$ | (4,73752) | (5,78257) | | (4,62648) | (5,64703) | | (0,11104) | (0,13554) | |
| Prejuízo por ação - diluído - R\$ | (4,73752) | (5,78257) | | (4,62648) | (5,64703) | | (0,11104) | (0,13554) | |

| | LPA - Total | | | LPA - Continuada | | | LPA - Descontinuada | | |
|--|---------------------|---------------|-----------|---------------------|---------------|-----------|---------------------|---------------|---------|
| | 01/01/19 a 30/09/19 | | | 01/01/19 a 30/09/19 | | | 01/01/19 a 30/09/19 | | |
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | Ordinárias | Preferenciais | Total | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora | (44.630) | (79.348) | (123.978) | (44.050) | (78.316) | (122.366) | (580) | (1.032) | (1.612) |
| Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação | 9.607 | 17.079 | 26.686 | 9.607 | 17.079 | 26.686 | 9.607 | 17.079 | 26.686 |
| Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação | 9.607 | 17.079 | 26.686 | 9.607 | 17.079 | 26.686 | 9.607 | 17.079 | 26.686 |
| Prejuízo por ação - básico - R\$ | (4,64580) | (4,64580) | | (4,58540) | (4,58540) | | (0,06040) | (0,06040) | |
| Prejuízo por ação - diluído - R\$ | (4,64580) | (4,64580) | | (4,58540) | (4,58540) | | (0,06040) | (0,06040) | |

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Controladora e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a ela associados.

Diante dos impactos trazidos pelo Coronavírus (COVID-19) que nos obrigaram a fechar temporariamente 100% de nossas lojas físicas desde mar/20 reduzindo drasticamente nosso faturamento, como medida imediata de preservar o caixa, a Companhia apresentou solicitação, deferida pelo juiz do processo de Recuperação Judicial, para apresentação de um Plano Aditivo aderente a nova realidade da economia do País, de modo a prevenir-se dos impactos trazidos pela pandemia e preservar sua atividade operacional. O aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Plano Aditivo) protocolado no dia 03 de julho de 2020, prevê como alternativa para viabilizar a liquidação de parte substancial do passivo três medidas: i) a reestruturação do passivo; b) a preservação de investimentos considerados essenciais para a continuidade operacional; e iii) a alienação de Grupos de Unidades Produtivas Isoladas – UPI's, quais sejam, lojas da rede agrupadas por região de interesse, de acordo com os termos estabelecidos no referido Plano, conforme o caso, como meio de geração de fluxo de caixa para a manutenção das atividades da Companhia e o pagamento dos Credores, Credores Extraconcursais e Credores Pós-Concursais.

A apresentação do Plano Aditivo tem por objetivo viabilizar o pagamento aos credores e o sucesso do processo de recuperação judicial, além de garantir a manutenção da fonte produtora, o emprego de seus colaboradores, o cumprimento da função social das atividades e o estímulo à atividade econômica no País.

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
| Empréstimos e financiamentos e | | | | |
| credores por recuperação judicial | 3.461 | 2.933 | 480.639 | 739.018 |
| (-) Caixa, equivalentes de caixa e mútuo | <u>(62.658)</u> | <u>(2.603)</u> | <u>(33.171)</u> | <u>(20.464)</u> |
| Dívida líquida | (59.197) | 330 | 447.468 | 718.554 |
| Patrimônio líquido | <u>(345.644)</u> | <u>(172.677)</u> | <u>(345.674)</u> | <u>(172.689)</u> |
| Total | <u>(404.841)</u> | <u>(172.347)</u> | <u>101.794</u> | <u>545.865</u> |
| Índice de dívida líquida | <u>14.62%</u> | <u>-0.19%</u> | <u>439.58%</u> | <u>131.64%</u> |

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

| | Controladora | |
|---|-----------------|-----------------|
| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
| | Valor | Valor |
| | <u>Contábil</u> | <u>Contábil</u> |
| Ativos financeiros | | |
| Valor justo por meio do resultado | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 143 | 2.603 |
| Empréstimos e recebíveis | | |
| Partes relacionadas - contrato de mútuo | <u>62.515</u> | <u>-</u> |
| | <u>62.658</u> | <u>2.603</u> |
| Passivos financeiros | | |
| Passivos pelo custo amortizado | | |
| Fornecedores | 378 | 629 |
| Credores por recuperação judicial | 3.461 | 2.933 |
| Partes relacionadas - contrato de mútuo | <u>-</u> | <u>8.619</u> |
| | <u>3.839</u> | <u>12.181</u> |

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| | 30/09/20 | 31/12/19 |
| | Valor Contábil | Valor Contábil |
| Ativos financeiros | | |
| Valor justo por meio do resultado | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 33.171 | 20.464 |
| Empréstimos e recebíveis | | |
| Contas a receber de clientes | 7.278 | 23.269 |
| | <u>40.449</u> | <u>43.733</u> |
| Passivos financeiros | | |
| Passivos pelo custo amortizado | | |
| Empréstimos e financiamentos | 285.174 | 483.913 |
| Fornecedores | 99.745 | 93.283 |
| Credores por recuperação judicial | 195.465 | 255.105 |
| Arrendamento mercantil - | | |
| locação de lojas | 5.958 | 1.826 |
| Outras obrigações | 1.244 | 889 |
| | <u>587.586</u> | <u>835.016</u> |

A Administração da Controladora e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada período.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco da Controladora e do Varejo é realizada segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Controladora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida

pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldos que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento do período:

| | | <u>Consolidado</u> |
|------------------------------|-------------|-----------------------|
| | | <u>30/09/20</u> |
| <u>Risco</u> | | <u>Valor Contábil</u> |
| Empréstimos e financiamentos | Alta do CDI | <u>17.776</u> |

- e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos relevantes.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

| Operação | Risco | Valores patrimoniais | | |
|--|--------------|----------------------|------------|-------------|
| | | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
| Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Varejo | Baixa do CDI | (11) | (27) | (53) |
| Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI - Varejo | Alta do CDI | (51) | (127) | (255) |
| Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI - Varejo | Alta do CDI | (3) | (8) | (16) |
| Resultado líquido | | (65) | (162) | (324) |

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento do período:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 30/09/20 | 31/12/19 | 30/09/20 | 31/12/19 |
| | Valor | Valor | Valor | Valor |
| | <u>Contábil</u> | <u>Contábil</u> | <u>Contábil</u> | <u>Contábil</u> |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 143 | 2.603 | 33.171 | 20.464 |
| Contas a receber de clientes | - | - | 7.278 | 23.269 |
| | <u>143</u> | <u>2.603</u> | <u>40.449</u> | <u>43.733</u> |

Em 30 de setembro de 2020, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$333 (R\$311 em 31 de dezembro de 2019), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

| Operação | Controladora | | | | Total |
|-----------------------------------|--------------|------------|---------------|-----------------|-------|
| | Até 1 ano | Até 2 anos | De 3 a 5 anos | acima de 5 anos | |
| Fornecedores | 378 | - | - | - | 378 |
| Credores por recuperação judicial | 1.109 | 28 | 83 | 7.651 | 8.871 |

| Operação | Consolidado | | | | Total |
|-----------------------------------|-------------|------------|---------------|-----------------|---------|
| | Até 1 ano | Até 2 anos | De 3 a 5 anos | acima de 5 anos | |
| Fornecedores | 99.745 | - | - | - | 99.745 |
| Credores por recuperação judicial | 18.381 | 5.358 | 16.072 | 438.066 | 477.877 |
| Empréstimos e financiamentos | 56.159 | 52.879 | 107.791 | 103.936 | 320.765 |
| Arrendamento mercantil - | | | | | |
| locação de lojas | 5.958 | - | - | - | 5.958 |
| Outras obrigações | 1.244 | - | - | - | 1.244 |

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Controladora e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

i) Linhas de crédito

| | Consolidado | |
|--------------|-------------|----------|
| | 30/09/20 | 31/12/19 |
| Empréstimos: | | |
| Utilizado | 152.487 | 150.304 |

j) Garantias obtidas

| | Consolidado |
|---|-------------|
| | 30/09/20 |
| Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal | 8.759 |

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$160 (R\$223 em 30 de setembro de 2019).

k) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | 30/09/20 | | 30/09/20 | |
| | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo |
| Valor justo por meio do resultado | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 143 | 143 | 33.171 | 33.171 |
| Empréstimos e recebíveis | | | | |
| Contas a receber de clientes | - | - | 7.278 | 7.278 |
| Partes relacionadas - contrato de mútuo | 62.515 | 62.515 | - | - |
| Passivos mantidos pelo custo amortizado | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 285.174 | 285.370 |
| Fornecedores | 378 | 378 | 99.745 | 99.745 |
| Credores por recuperação judicial | 3.461 | 3.461 | 195.465 | 195.465 |
| Arrendamento mercantil - | | | | |
| locação de lojas | - | - | 5.958 | 5.958 |
| Outras obrigações | - | - | 1.244 | 1.244 |

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

A Controladora divulga seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2020:

| | Controladora | | | |
|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|--------------|
| | <u>Nível 1</u> | <u>Nível 2</u> | <u>Nível 3</u> | <u>Total</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa | <u>143</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>143</u> |

| | Consolidado | | | |
|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| | <u>Nível 1</u> | <u>Nível 2</u> | <u>Nível 3</u> | <u>Total</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa | <u>33.171</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>33.171</u> |

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A comercialização é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | <u>30/09/20</u> | <u>30/09/19</u> | <u>30/09/20</u> | <u>30/09/19</u> |
| Despesas operacionais | <u>(5.161)</u> | <u>(1.521)</u> | <u>(5.161)</u> | <u>(1.521)</u> |
| Prejuízo líquido antes do IR | <u>(5.161)</u> | <u>(1.521)</u> | <u>(5.161)</u> | <u>(1.521)</u> |
| IR diferido | <u>-</u> | <u>(91)</u> | <u>-</u> | <u>(91)</u> |
| Resultado das operações descontinuadas | <u>(5.161)</u> | <u>(1.612)</u> | <u>(5.161)</u> | <u>(1.612)</u> |

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$5.161 (R\$1.612 em 30 de setembro de 2019) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|---|---------------------|-----------------|--------------------|-----------------|
| | <u>30/09/20</u> | <u>30/09/19</u> | <u>30/09/20</u> | <u>30/09/19</u> |
| Caixa líquido utilizado em atividades operacionais | (4.712) | (1.427) | (4.712) | (1.427) |
| Caixa líquido das atividades de financiamento | - | 179 | - | 179 |
| Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas | <u>(4.712)</u> | <u>(1.248)</u> | <u>(4.712)</u> | <u>(1.248)</u> |

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Controladora e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

| | <u>30/09/20</u> | <u>31/12/19</u> |
|---|-----------------|-----------------|
| Lucros cessantes | 40.000 | 150.000 |
| Incêndio - importância máxima | 27.812 | 126.297 |
| Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima | 50.000 | 50.000 |
| Responsabilidade civil geral - importância máxima | 2.000 | 2.000 |
| Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima | | |
| Transporte internacional | - | 300 |
| Execução fiscal | 112.296 | 106.336 |
| Roubo e furto | 1.105 | 11.650 |
| Riscos gerais | 16.280 | 6.980 |

31. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original (“PRJ”), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019. Para o pagamento dos credores, o PRJ, define 4 (quatro) classes de credores: i) Classe I – Credores Trabalhistas; ii) Classe II – Credores com garantia Real; iii) Classe III – Credores Quirografários; e iv) Classe IV – Credores ME e EPP. Além da definição das Classes, nos termos

definidos no PRJ, os credores são qualificados em Credores Estratégicos Financiadores; Credores Estratégicos Locadores I e II; Credores Fornecedores Estratégicos; e Credores Fornecedores Incentivadores.

Em 30 de setembro de 2020, o montante da dívida consolidada está composto como segue:

| Classes | Não | | Total |
|---------------------------------------|---------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Circulante | |
| Classe I | 3.578 | 1.008 | 4.586 |
| Classe II | 4.899 | 10.069 | 14.968 |
| Classe III | - | 91.482 | 91.482 |
| Classe IV | - | 5.216 | 5.216 |
| Subclasse fornecedores incentivadores | 1.949 | 68.174 | 70.123 |
| Subclasse fornecedores estratégicos | 42 | 20.405 | 20.447 |
| Subclasse fornecedores locadores | 3.611 | - | 3.611 |
| Total | <u>14.079</u> | <u>196.354</u> | <u>210.433</u> |

A dívida de R\$210.433 (R\$269.762 em 31 de dezembro de 2019) está líquida de ajuste a valor presente – AVP no montante de R\$284.135 (5.410 na Controladora e 278.725 no Varejo), cujo efeito tributário é de R\$96.606.

O montante de R\$14.968 (R\$14.657 em 31 de dezembro de 2019) referente a classe II, refere-se a parte da dívida com o Banco do Brasil incluída na recuperação judicial e está registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos”.

O empréstimo com o Banco do Brasil no montante de R\$123.888 (R\$118.951 em 31 de dezembro de 2019) foi considerado extra-concursal e, portanto, não está incluído no montante da dívida do PRJ, mas apresentado na rubrica de “Empréstimos e financiamentos”.

Movimentação no período encerrado em 30 de setembro de 2020

| | 31/12/19 | AVP | Pagamentos | Baixa por meio de bônus de subscrição/ aumento de capital | Outros | 30/09/20 |
|-------------------------|------------------|--------------|----------------|--|--------------|------------------|
| Dívida | 560.504 | - | (4.489) | (64.834) | 3.387 | 494.568 |
| Ajuste a valor presente | <u>(290.742)</u> | <u>6.607</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(284.135)</u> |
| | <u>269.762</u> | <u>6.607</u> | <u>(4.489)</u> | <u>(64.834)</u> | <u>3.387</u> | <u>210.433</u> |

O impacto do fechamento das lojas físicas em decorrência da pandemia da Covid-19 e a consequente dificuldade para geração de caixa, refletiram diretamente na capacidade da Companhia e de sua controlada em arcarem com seus compromissos de curto prazo e com as obrigações assumidas com o Plano de Recuperação Judicial Original. Dessa forma, com o propósito de superar a crise econômico-financeira e viabilizar a continuidade operacional a Companhia e sua controlada peticionaram em 2 de abril de 2020 junto a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, a concessão de um prazo de 90 dias para apresentação de Novo Plano de Recuperação Judicial.. A petição também requereu a prorrogação de prazo de suspensão das ações e execuções em face da Companhia e sua

controlada (§4 do Artigo 6º da Lei 11.101/05) por 180 dias ou até ou até homologação e aprovação do novo plano, de tal forma que sejam asseguradas as atividades operacionais nesse período.

A apresentação do Plano Aditivo foi deferida pelo Juízo da Recuperação Judicial e em 3 de julho de 2020, a Companhia e sua controlada, submeteram o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Plano Aditivo) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial.

Em Assembleia Geral de Credores realizada em 9 de setembro de 2020 decidiu-se, por maioria dos credores presentes, pela suspensão até 15 de outubro de 2020 para melhor modelagem do plano, tornando-o mais atrativo aos credores.

Em 8 de outubro de 2020 foi submetida nova versão para o Plano Aditivo, reformulada em relação ao formato da UPI's e destinação dos recursos obtidos com a alienação das mesmas.

Em Assembleia Geral de Credores realizada em 15 de outubro de 2020, decidiu-se por maioria dos credores presentes, pela suspensão até 24 de novembro de 2020, com o compromisso da Companhia de apresentar a minuta do Plano Aditivo até 16 de novembro de 2020.

A nova versão do Plano Aditivo, apresentada em 8 de outubro, cumpre todos os requisitos contidos no art. 53 da Lei de Recuperação Judicial: i) pormenoriza os meios de recuperação da Companhia e sua controlada; ii) é viável sob o ponto de vista econômico; e iii) é baseado em laudos econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos, elaborados por empresa especializada.

O Plano Aditivo prevê medidas para a reestruturação das dívidas e a geração de fluxo de caixa operacional e de recursos necessários ao pagamento da dívida e à continuidade operacional, considerando a nova realidade do Grupo Saraiva após o impacto da pandemia global instalada pelo coronavírus.

Como alternativa para viabilizar a liquidação de parte substancial do passivo, o Plano Aditivo prevê três medidas: i) a reestruturação do passivo; b) a preservação de investimentos considerados essenciais para a continuidade operacional; e iii) a alienação de Grupos de Unidades Produtivas Isoladas – UPI's, quais sejam, operações de Lojas – UPI Lojas; operação de e-commerce – UPI Site; e operações de Lojas e Site – UPI Mista, de acordo com os termos estabelecidos no referido Plano.

Os recursos obtidos por meio da alienação das UPI Lojas, da UPI Mista ou da UPI Site, serão destinados, conforme o caso, da seguinte forma:

- i. UPI Lojas. Os recursos serão utilizados prioritariamente para a) o pagamento até R\$10 para cada credor; b) na sequência para o pagamento integral dos credores Pós-Concursais; e c) na sequência, para o pagamento aos credores quirografários e ME/EPP;
- ii. UPI Mista ou UPI Site. 25% dos recursos serão utilizados para compor o fluxo de caixa da Companhia; e 75% dos recursos obtidos serão destinados prioritariamente para a) o pagamento até R\$10 para cada credor; b) na sequência para o pagamento integral dos credores Pós-Concursais; e c) na sequência, para o pagamento de até R\$160 para cada um dos credores trabalhistas; e d) na sequência, para o pagamento aos credores quirografários e ME/EPP

A íntegra do Plano Aditivo apresentado em 8 de outubro de 2020, com as demais condições e formas de execução, onde poderão ser compreendidas de forma mais abrangente todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2020, foi deliberado aumento de capital por meio do exercício de bônus de subscrição, com emissão de 4.860.960 novas ações (972.192 ações ordinárias e 3.888.768 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R\$243, passando o capital social da Companhia de R\$301.718 para R\$301.961.

No período entre 1 de outubro de 2020 até a conclusão das informações contábeis intermediárias, foram realizadas devoluções de mercadorias em consignação no montante de R\$132.

Em 1 de outubro de 2020, o Varejo vendeu todos os ativos logísticos do Centro de Distribuição de Cajamar pelo montante de R\$1.150.

Em 8 de outubro de 2020 foi submetida nova versão para o Plano Aditivo, reformulada em relação ao formato da UPI's e destinação dos recursos obtidos com a alienação das mesmas.

Durante o mês de outubro de 2020, foram fechadas 5 lojas da rede, quais sejam: Mega Shopping Londrina, no Paraná; Mega Shopping Recreio, no Rio de Janeiro; Mega Shopping Iguatemi Campinas, Shopping Metrôpole SBC e Shopping Plaza Sul, em São Paulo.